



INSTITUTO PORTUGUÊS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

OCCASIONAL PAPER N.º 54

OBAMA: À PROCURA DE UMA GRANDE ESTRATÉGIA

Bernardo Pires de Lima,
IPRI-UNL

21 | Janeiro | 2013

Serão estes os últimos quatro anos de Obama na política americana? Se olharmos para a sua idade em 2016 (55 anos) dificilmente dará por finalizada a missão. Este não um ponto meramente aritmético: é um dado que pode vir a determinar o tipo de mandato que agora inicia. Há duas formas de olhar para ele.

A primeira, se Obama reforçar a praxis dos últimos quatro anos, será sobretudo uma presidência focada na estabilização da América e isso esgotará o tipo de mandato. Isto é, apontando baterias para as grandes batalhas legislativas com o Congresso – orçamento, lei das armas, reforma da lei de imigração, política energética –, terminando uma segunda frente de guerra duradoura – Afeganistão – e dando total prioridade à recuperação económica, com o objectivo de elevar o seu ritmo a sua sustentabilidade. Nestes quatro anos, contou com um Vice-presidente activo e influente no desbloqueio negocial com o Congresso, evitando assumir um papel de executor assertivo, uma faceta que tenderá a ser alterada na ausência de um horizonte de reeleição.

A retração estratégica foi outra das motivações deste primeiro mandato. No cumprimento do calendário de retirada do Iraque (sem sucesso negocial na manutenção de uma pequena força), no desenho de um outro para o Afeganistão (com negociação para manutenção de força pequena em curso, e com relações com Paquistão num nível baixo) e no redimensionar das forças armadas estacionadas no exterior (em quatro anos, desceram de 900 mil para pouco mais de 200 mil). No uso da força, o

retraimento é mais evidente nas missões terrestres, não se verificando no uso reiterado de drones. Na Líbia foi um coadjuvante imprescindível sem, no entanto, assumir a liderança. Na Síria mantém-se fiel à gestão do Conselho de Segurança, o que é simultaneamente coerente com o trajecto líbio e manifestamente confortável tendo em conta os riscos de uma intervenção. Contudo, arriscaria dizer que a Síria pode ser para Obama o que a Bósnia foi para Bill Clinton: uma intervenção humanitária inevitável. A grande diferença reside no factor-Irão e na ausência de uma grande estratégia desenhada pela Administração Obama ao nível do “alargamento democrático” arquitectado pela Administração Clinton.

A segunda forma de olhar para este novo mandato tem em conta, já não a normalização da América, mas a projecção do legado de Obama depois de 2016. Neste sentido, a sua presidência pode vir a ser mais ambiciosa internamente (com mais ordens executivas) e no exterior (com outra ambição política). É aqui que encaixa a sua tenra idade para efeitos de novas aventuras políticas e, ainda, o traço que terá de vincar nestes quatro anos. A pergunta é, então, será que Obama vai conseguir articular uma grande estratégia capaz de marcar um legado duradouro?

Há duas razões para isto não ter ainda acontecido. A primeira, porque a “grande estratégia” foi substituída por “grandes prioridades”. Estas têm sido a estabilidade financeira, a restituição da confiança económica, a criação de empregos, a equidade fiscal, a universalidade da saúde, a racionalização das forças armadas e do uso da força no exterior (cirúrgico e com abuso de drones).

A segunda razão tem a ver com a diferença de qualidade dos principais articulistas da política externa. Tom Donilon não é Anthony Lake e isso tem consequências no *National Security Council*. Desde o nível das relações de trabalho – diz-se em Washington que não serão as melhores –, ao patamar da elaboração de políticas regionais, começando na Ásia, passando pelo Médio Oriente e acabando no Norte de África. No Departamento de Estado, o *policy planning* perdeu referências de peso. Já o dirigiram George Keenan, Paul Nitze, Tony Lake ou James Steinberg. Hoje está entregue a um jovem de 35 anos, Jake Sullivan, vindo do *staff* de campanha da sra. Clinton no tempo das primárias Democratas e sem qualquer experiência em política internacional.

Dir-me-ão que a viragem para o Pacífico enunciada por Hillary Clinton é uma “grande estratégia”. Não é: é um esboço do que pode ser uma longa prioridade na política externa americana, mas nem esta é particularmente nova (os EUA são há muito uma potência no Pacífico), nem tem sido posta em prática de uma forma coerente e perceptível. Para ser uma “grande estratégia” precisa de uma “grande ideia”, de ser

posta em acção durante o mandato presidencial e ser capaz de lhe sobreviver. Como a “contenção” de Truman ou o “alargamento democrático” de Clinton. *Pivot to Asia* não é uma grande ideia, porque nem ela é uma inovação – uma vez que já existe – nem é assente em estacas e opções políticas evidentes.

Por exemplo, como será feita essa rotação estratégica até 2016? Promoverão os EUA uma arquitectura de alianças baseada em imperativos democráticos, de direitos humanos e boa governação? Ou teremos alianças formalizadas com regimes de natureza dúbia apenas para reforçar um arco de contenção ao crescimento da China? E esta contenção será ostensiva e moral, de acordo com os princípios e valores da democracia americana, ou refém da interdependência económica e financeira entre Washington e Pequim? Haverá uma promoção da integração regional promovida pelos EUA e com a China presente, ou será uma rede de relações bilaterais onde os EUA fornecem segurança em troca de acesso aos mercados e à navegação comercial?

Ou ainda, irá a presença americana basear-se num diálogo mais profundo no plano militar com a China? Que consequências terá esta relação para o posicionamento da NATO no quadro da Ásia-Pacífico? São perguntas para as quais não existe uma resposta clara e evidente. Se Obama quer trabalhar uma “grande estratégia” que marque o seu consulado e o projecte na história com outros presidente democratas, terá de a formular no primeiro semestre de 2013. A grande dificuldade, mais uma, será a multiplicidade de problemas a que será chamado a resolver. Internamente, a pressão sobre o ritmo da recuperação económica e a implementação de uma agenda legislativa com este Congresso (saúde, energia, armas, imigração). Externamente, a pressão sobre o seu envolvimento político e militar na Síria, no Irão e no Norte de África, tudo bons motivos para que a Europa apareça no debate estratégico e realce o seu empenho na relação transatlântica.

À entrada do segundo mandato, Obama tem duas opções: ou continua apenas a tentar estabilizar a América ou faz dos seus oito anos um legado a seguir pelos seus sucessores. É verdade que uma pode levar à outra, mas dificilmente colocará Obama num pedestal histórico, capaz de se assumir como absolutamente marcante na história presidencial norte-americana. Por outras palavras, ou mantém as “grandes prioridades” ou cria uma “grande ideia” que balize toda uma “grande estratégia”. As suas consequências até podem não ser visíveis a curto-prazo e a sua popularidade descer no imediato – foi o caso de Truman quando deixou a Casa Branca –, mas um legado pressupõe isso mesmo: uma visão construída para se sustentar no tempo e fazer do país um pilar de estabilidade da ordem internacional que pretende liderar. No início deste último mandato, essa visão ainda não existe.